

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Município de Montemor-o-Novo

Marinha Grande, 24 de abril de 2018



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço	6
3.2 Notas ao Balanço	8
3.3 Demonstração de Resultados	23
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	24
4. ENDIVIDAMENTO	33
5. CONTROLO ORÇAMENTAL	34
6. ENDIVIDAMENTO	43
7. CONTROLO INTERNO	44
8. FACTOS SUBSEQUENTES	45
9. RELATÓRIO DE GESTÃO	46
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	46
11. CONCLUSÕES	46
11.1 Reservas	46
11.2 Ênfases	46
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)	46
12. AGRADECIMENTOS	48





1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 24 de abril de 2018.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:





1

- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2017, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de Depósitos à Ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspeccionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos financeiros;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
 - Execução Orçamental da Despesa e da Receita, por recurso a Ordens de pagamento e Guias de Receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes com prestações sociais;
 - Custos com Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos Financeiros;
 - Custos Extraordinários;
 - Vendas e Prestações de Serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
 - Proveitos e Ganhos Financeiros;





1

- Proveitos e Ganhos Extraordinários;
- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subseqüentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos, por amostragem, alguns dos movimentos efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e a adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





14

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Balanço

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	14 136 780	12 377 722	-1 759 057	-12,4%
Imobilizações Incorpóreas	124 887	325 005	200 118	160,2%
Imobilizações Corpóreas	34 533 540	34 728 183	194 643	0,6%
Investimentos Financeiros	859 798	859 798	0	0,0%
Total	49 655 005	48 290 709	-1 364 296	-2,7%
Circulante				
Existências	284 148	168 842	-115 307	-40,6%
Dívidas de Terceiros				
Empréstimos Concedidos	16 742	5 652	-11 090	-66,2%
Clientes c/c	63 322	113 449	50 127	79,2%
Contribuintes c/c	11 860	22 363	10 503	88,6%
Utentes c/c	32 288	22 995	-9 293	-28,8%
Clientes cob. Duvidosa	14 473	6 000	-8 473	-58,5%
Estado e O. Entes Públicos	16 175	4 970	-11 205	-69,3%
Outros Devedores	80 355	97 469	17 115	21,3%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	2 769 241	3 008 135	238 894	8,6%
Caixa	12 077	6 079	-5 998	-0,2%
Total	3 300 681	3 455 955	155 274	4,7%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	339 449	1 458 214	1 118 765	329,6%
Custos Diferidos	350	49 912	49 562	14160,7%
Total	339 799	1 508 126	1 168 328	343,8%
TOTAL DO ATIVO	53 295 485	53 254 790	-40 695	-0,1%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE RECURSOS OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0	0	0	-
Reservas	2 816 109	2 816 109	0	0,0%
Doações	9 557	11 657	2 100	22,0%
Resultados Transitados	-63 280 440	-62 517 390	763 051	-1,2%
Resultado Líquido do Exercício	-1 029 493	-1 520 338	-490 845	47,7%
Total	38 022 341	38 296 646	274 305	0,7%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões para riscos e encargos	200 000	200 000	0	0,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	1 115 298	941 977	-173 321	-15,5%
Fornecedores Imobilizado - Leasing	176 661	34 524	-142 138	-80,5%
Fundo de Apoio Municipal	491 314	368 485	-122 829	-25,0%
Total	1 983 273	1 544 985	-438 288	-22,1%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	203 390	173 321	-30 069	-14,8%
Fornecedores c/c	32 077	43 971	11 894	37,1%
Fornecedores fact. Rec. Confª	501 371	706 049	204 678	40,8%
Fornecedores Imobilizado c/c	567 652	535 653	-31 999	-5,6%
Fornecedores Imobilizado - Leasing	0	67 762	67 762	-
Estado e O. Entes Públicos	178 520	306 547	128 028	71,7%
Outros Credores	658 537	628 563	-29 974	-4,6%
Total	2 141 547	2 461 867	320 320	15,0%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	860 876	996 916	136 040	15,8%
Proveitos Diferidos	10 287 448	9 954 376	-333 072	-3,2%
Total	11 148 323	10 951 292	-197 031	-1,8%
Total do Passivo	15 273 144	14 958 144	-315 000	-2,1%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	53 295 485	53 254 790	-40 695	-0,1%





3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) Durante o ano de 2017 manteve-se o esforço do Município para reconhecer e reconciliar o seu Património com a contabilidade, foi possível reconhecer como firme imobilizado que se encontrava em curso no valor de 1,8 milhões de euros.
- b) No entanto, e de acordo com nota 2.12 do Anexo, existem cerca de 770 mil euros de imobilizado em curso que reúne as condições para ser reclassificado como firme e consequentemente sujeito a amortizações. Por não ter ainda transitado para firme as amortizações do exercício estão subavaliadas em cerca de 38 mil euros.
- c) De acordo com informação do Município existem diversos bens por valorizar, grande parte corresponde a terrenos que já foram alienados, a regularizar em 2018.
- d) O quadro seguinte dá-nos a evolução do imobilizado líquido do Município no ano de 2017, por comparação com o ano de 2016:

Rubricas Imobilizado	Saldos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	14 136 780	12 377 722	-1 759 057	-12,44%
Imobilizações Incorpóreas	124 887	325 005	200 118	160,24%
Imobilizações Corpóreas	34 533 540	34 728 183	194 643	0,56%
Invest ² s Financeiros (FAM)	859 798	859 798	0	0,00%
Total	49 655 005	48 290 709	-1 364 296	-2,75%

- e) Testamos 90% do movimento do ano de imobilizado corpóreo e 95% do movimento do ano de bens de domínio público.
- f) Quando existam incorreções nas faturas emitidas pelos fornecedores, as mesmas não devem ser devolvidas, deve ser solicitada a emissão de notas de crédito e de novas faturas já corrigidas.
- g) No que respeita ao Imobilizado Incorpóreo, testamos 90% do movimento do ano e não detetámos anomalias.
- h) Quanto ao Investimento Financeiro:
- Diz respeito a participações em associações e fundo de apoio municipal.





- O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão (sistema de abastecimento de água, por exemplo), deve ser reclassificado como investimento em imóveis.
- De acordo com nota 2.12 do Anexo existem diversos terrenos cedidos em direito de superfície que não se encontram valorizados nem registados. Será regularizado em 2018.
- O valor da participação no Fundo de Apoio Municipal será reduzido em 2018, fruto da Lei do orçamento de Estado para 2018, em 307.072€, por contrapartida de redução do passivo no mesmo valor.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Matérias-primas	37 225	29 284	-7 941	-21,33%
Matérias subsidiárias	95 027	97 876	2 849	3,00%
Materiais diversos	151 896	151 458	-438	-0,29%
Provisões para depreciações existências	0	-109 777	-109 777	-
Total	284 148	168 842	-115 307	-40,58%

- c) Foi realizada análise por parte do Município à rotação de *stocks*, concluindo que cerca de 109.777€ dizem respeito a bens sem utilização futura e por esse motivo foi constituída provisão, de acordo com nota 2.19 do Anexo.
- d) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- e) Validámos o saldo da conta.



**3.2.2.2 - Empréstimos Concedidos**

- a) Apresenta um saldo de 5.652€, que reflete empréstimos concedidos pelo Município ao abrigo do projeto FAME. Nestes projetos, o Município tem uma parceria com uma entidade bancária, tendo participado o financiamento de investimentos particulares que vão sendo liquidados ao Município à medida que são liquidados ao Banco financiador em função do contrato assinado entre o financiado, o Município e o Banco.
- b) O quadro seguinte reflete a evolução e o valor em dívida por parte de cada um dos empréstimos concedidos:

Titular	Saldos em		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
FAME				
VETE+ Serviços Veterinários	3 779	2 812	-967	-25,58%
Manuel Isidoro Azinheira	0	4 049	4 049	-
Lurimpa	5 453	5 453	0	0,00%
Representações Matos	250	250	0	0,00%
Florinda e Custódio Leal	6 375	6 375	0	0,00%
José Henrique Porteiro	188	188	0	0,00%
Florinda Reis	698	348	-350	-50,14%
Cobranças duvidosas - empréstimos	0	-13 823	-13 823	-
Total	16 742	5 652	-11 090	-66,24%

- c) Para os saldos imutáveis, foi constituída provisão no valor de 13.823€.
- d) Analisámos a evolução destas contas correntes e validámos o saldo da conta.

3.2.2.3 - Clientes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 113.449€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Clientes c/c				
Clientes c/corrente - individual	863	1 241	378	43,83%
Clientes s/corrente - coletiva	62 459	112 208	49 749	79,65%
Total	63 322	113 449	50 127	79,16%

- b) Existe uma divergência imaterial, valor de 574€, entre o saldo da contabilidade e o balancete de terceiros no que à conta de clientes de cobrança duvidosa diz respeito. Deve este facto ser analisado e regularizado em 2018.





K

- c) Foram constituídas provisões para clientes de cobrança duvidosa no valor de 318.461€. O critério seguido teve por base o POCAL.
- d) Face à imaterialidade de b) validámos o saldo da conta.

3.2.2.4 - Contribuintes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 22.363€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Contribuintes c/c				
Impostos indiretos - coletiva	7 635	8 025	390	5,11%
Taxas - coletiva	4 225	14 338	10 113	239,37%
Total	11 860	22 363	10 503	88,56%

- b) Validámos os seus saldos.

3.2.2.5 - Utentes c/c

- a) A conta apresenta um saldo de 22.995€, conforme quadro seguinte:

	Saldos em		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Utentes c/c				
Utentes prestações serviços - individual	29 739	20 133	-9 605	-32,30%
Utentes prestações serviços - coletiva	2 550	2 862	312	12,25%
Total	32 288	22 995	-9 293	-28,78%

- b) Validámos os seus saldos.

3.2.2.6 - Clientes de Cobrança Duvidosa

- a) A conta apresenta um saldo de 343.115€, para o qual está criada uma provisão de 337.115€.
- b) Validamos o saldo da conta.



**3.2.2.7 - Estado e O. Entes Públicos**

- a) Trata-se de valores a haver em sede de IVA, que se elevam a 4.970€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IVA	16 175	4 970	-11 205	-69,27%
Total	16 175	4 970	-11 205	-69,27%

- b) Existem divergências entre o apuramento de IVA do Município e o apuramento automático da AT. O apuramento por parte do Município está subavaliado conduzindo a um saldo da contabilidade inferior ao devido em 8.447€. Esta divergência diz respeito ao reporte de IVA reflectido na declaração periódica (campo 61) de Maio de 2016.
- c) Dado que as divergências que podem advir do mencionado em c) não são relevantes, validámos o saldo da conta.

3.2.2.8 - Outros Devedores

- a) Trata-se de valores correntes a receber da Administração Pública, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Devedores das Administrações Públicas	8 179	8 179	0	0,00%
FEDER	31 086	36 086	5 000	16,08%
Devedores Diversos	293 511	343 625	50 115	17,07%
Credores diversos	0	0	0	-
Operações orçamentais	907	907	0	0,00%
Cobranças duvidosas - outros devedores	-253 329	-291 329	-38 000	15,00%
Total	80 355	97 469	17 115	21,30%

- c) No conjunto com os saldos de Outros devedores e credores, circularizámos 34 entidades correspondentes a 80% do saldo da conta.
- d) Na venda de lotes, o proveito deve ser reconhecido no momento da venda, independentemente do fluxo financeiro ser em prestações.
- e) Na conta 2681109, o saldo no montante de 8.179€, deve ser analisado em 2018 para aferir da sua recuperabilidade.
- f) Validámos o saldo da conta.





3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 6.079€, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Este valor não excede o valor máximo permitido na norma de Controlo Interno.
- c) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existente, sem ter encontrado diferenças.
- d) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- e) O saldo de caixa apresenta-se conciliado e os movimentos no mesmo são efetuados de acordo com procedimentos corretos.

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
CGD (OT)	108 058
CGD (OT) CAUÇÕES	252 927
CGD (RO)	2 226 540
CCAM (RO)	18 110
SANT - Santander Totta	0
NB (RO)	28 608
MIL - Millennium/BCP	46 558
BPI	29 641
CGD 19085	245 763
CGD VIA VERDE	19 524
NB - FAME	32 405
Total	3 008 135

- b) Testamos todas reconciliações de dezembro e verificamos os movimentos em aberto.
- c) Analisámos as reconciliações bancárias e confrontámo-las com informações obtidas através de documentos bancários.
- d) Analisámos os movimentos em aberto em final de ano e a sua concretização no ano imediato.
- e) No ano de 2017, registaram-se melhorias significativas, nos procedimentos relacionados com esta área. No entanto, apesar de com menor expressão, as reconciliações bancárias, continuam





a apresentar movimentos por reconciliar anteriores a 2017. As diferenças de reconciliação devem ser analisadas em 2018 e regularizadas.

- f) É nossa opinião que os valores em DO correspondem a valores líquidos suscetíveis de utilização por parte do Município, ainda que o referido em e) deva ser regularizado.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

Nesta área tem-se verificado uma melhoria dos procedimentos de registo das situações suscetíveis de acréscimo ou diferimento.

3.2.4.1 - Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos reconhecidos no próprio exercício, por impostos, juros, serviços/ vendas realizado, mas sem documentação vinculativa, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Impostos Municipais	167 014	1 345 594	1 178 580	705,68%
Venda de bens e serviços	111 545	104 327	-7 217	-6,47%
Transferências correntes	13 937	1 467	-12 470	-89,47%
Outros acréscimos de proveitos	46 952	6 825	-40 127	-85,46%
Total	339 449	1 458 214	1 118 765	329,58%

- b) Verificámos os valores estimados pelo Município.
- c) De acordo com a informação disponibilizada na AT existem valores de impostos por transferir para o Município por não terem sido cobrados. Estes valores poderiam ser registados como acréscimo de proveitos. No entanto, e uma vez que não existe fiabilidade no seu recebimento, deveria ser constituída provisão de igual montante, o que tornaria este movimento sem influência no balanço e nas contas do Município.
- d) Pela primeira vez, e de acordo com a nota 1.7 do anexo, foi reconhecido o acréscimo de proveito referente ao IMI de 2017 que será cobrado em 2018, por essa razão o proveito reconhecido em 2017 foi reclassificado para resultados transitados por dizer respeito a 2016.





e) Validámos assim, o saldo desta conta.

3.2.4.2 - Custos Diferidos

a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte, conforme quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Seguro de acidentes no trabalho	0	38 736	38 736	-
Rendas	350	350	0	0,00%
Outros custos diferidos	0	10 827	10 827	-
Total	350	49 912	49 562	14160,70%

b) Elevam-se no ano de 2017 a 49.912€.

c) Validámos o saldo da conta.





II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 - Empréstimos Obtidos

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade com três fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos.
- b) Elevam-se no final do ano de 2017 a 1.115.298€, conforme quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2016	31/12/2017	€	%
De médio e longo prazo					
CGD	9015/004428/291	209 945	139 964	-69 982	-33,33%
CGD	9015/005064/991	413 358	310 019	-103 340	-25,00%
CGD	9015/008222/291	491 995	491 995	0	0,00%
De curto prazo					
CGD	9015/002592/991	30 069	0	-30 069	-100,00%
CGD	9015/004428/291	69 982	69 982	0	0,00%
CGD	9015/005064/991	103 340	103 340	0	0,00%
Total		1 318 689	1 115 298	-203 390	-15,42%

- c) Os Empréstimos bancários foram corretamente apresentados no balanço divididos entre curto e Médio e Longo Prazo.
- d) Validámos os saldos da conta.

3.2.5.2 - Fornecedores em regime de locação financeira.

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade, através de circularização dos mesmos em amostra suficiente para os validarmos.
- b) A conta apresenta um saldo de 102.285€, sendo que a parte a curto prazo corresponde a 67.762€.





K

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 - Fornecedores

a) O saldo respeita a:

	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecedores c/c				
Curto Prazo	32 077	43 971	11 894	37,08%
Faturas em rec. e conferência	501 371	382 900	-118 471	-23,63%
Total	533 448	426 871	-106 577	-19,98%

- b) Circularizámos a 31/12/17, saldos, que correspondiam a 62% dos existentes.
- c) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, não obtivemos divergências.
- d) O saldo do Balanço da rubrica de faturas em recepção está sobreavaliado em 323.149€ por terem sido incluídos os saldos de faturas em recepção da conta 2618 - fornecedores de imobilizado.
- e) O saldo de faturas em recepção e conferência deve ser analisado em 2018 por forma a que não seja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.
- f) Não existem pagamentos em atraso.
- g) Dada a neutralidade do assinalado em d), validámos o saldo da conta.

3.2.6.2 – Fornecedores e Fornecedores de imobilizado – Fact. em recepção e conf

- a) O Balanço não reflete o saldo da conta 2618 - fornecedores de imobilizado. faturas em recepção e conferência. O saldo foi adicionado ao da conta 228, no montante de 323.149€.
- b) Face a irrelevância em termos globais do mencionado em a) validámos o saldo da conta.





3.2.6.3 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao Estado, que se elevam a 306.547€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IRS	42 335	42 508	173	0,41%
IVA	0	0	0	-
Segurança Social	136 185	264 040	127 855	93,88%
ADSE	0	0	0	-
Total	178 520	306 547	128 028	71,72%

- b) Saldos em aberto a 31/12/2017 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2018.
- c) Foram solicitadas certidões de não dívida, que confirmaram a inexistência de dívidas em mora.
- b) Os valores das diferentes rubricas que compõem o saldo a favor do Estado foram analisados e validados.

3.2.6.4 - Fornecedores de Imobilizado

- a) O saldo em 31/12/2017 é de 535.653€, conforme quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	567 652	535 653	-31 999	-5,64%

- b) Foi feita a circularização conjunta dos saldos de Outros Devedores e Credores (80%) sem apurar diferenças nesta rubrica, pelo que validámos os saldos.
- c) O saldo de garantias e caucões deve ser analisado em 2018.

3.2.6.5 - Outros Credores

- a) São os que constam do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Pessoal	18	0	-18	-100,00%
Sindicatos	2 225	2 283	58	2,62%
Fundo de Apoio Municipal - CP	122 828	122 829	1	0,00%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE RECURSOS OPERACIONAIS

Fundo de Apoio Municipal - MLP	491 314	368 485	-122 829	-25,00%
Credores Diversos	533 465	503 451	-30 015	-5,63%
Total	1 149 850	997 048	-152 803	-13,29%

- b) O saldo em 31/12/2017 é de 997.048€.
- c) Circularizámos no conjunto de saldo ativos e passivos da conta 26, 80% do saldo da conta.
- d) Validámos o saldo da conta.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Renumerações a liquidar	625 388	634 507	9 120	1,46%
Juros a liquidar	251	235	-16	-6,24%
Conta Gerência 2016	12 317	12 317	0	0,00%
Conta Gerência 2017	0	29 558	29 558	-
Conta Gerência 2004	8 965	8 965	0	0,00%
Conta Gerência 2015	10 675	10 675	0	0,00%
Conta Gerência 2007	10 453	10 453	0	0,00%
Conta Gerência 2008	9 460	9 460	0	0,00%
Conta Gerência 2009	9 897	9 897	0	0,00%
Conta Gerência 2010	9 255	9 255	0	0,00%
Conta Gerência 2012	9 931	9 931	0	0,00%
Conta Gerência 2013	10 106	10 106	0	0,00%
Conta Gerência 2014	11 373	11 373	0	0,00%
Outros acréscimos de custos - 2016	132 805	85	-132 720	-99,94%
Outros acréscimos de custos - 2017	0	230 098	230 098	-
Total	860 876	996 916	136 040	15,80%

- c) Validámos o saldo da conta.



**3.2.7.2 - Proveitos Diferidos**

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2 749 950	2 203 723	-546 227	-19,86%
Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 286 305	1 293 468	7 163	0,56%
Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	509 698	542 426	32 728	6,42%
Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor	834 792	938 893	104 101	12,47%
Remod de Arruam/Infraestruturas - Largo Banha Andrade	195 730	222 336	26 606	13,59%
Remodelação da Rua da Janelinha	697 720	660 998	-36 722	-5,26%
Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	379 986	360 987	-18 999	-5,00%
Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	187 346	177 561	-9 785	-5,22%
Plano de Sinaletica	9 724	9 861	137	1,41%
Ciclos de Animação e Promoção do Património Cultural	94 522		-94 522	-100,00%
Substituição de veículos urbanos por elétricos	0	9 147	9 147	-
Modernização centro de recolha oficial	0	4 959	4 959	-
Pista de atletismo	233 926	414 330	180 404	77,12%
Beneficiação da Biblioteca Municipal	52 175	0	-52 175	-100,00%
Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra	185 404	185 404	0	0,00%
NATURALE	34 946	34 946	0	0,00%
Iluminação Castelo	12 135	9 443	-2 692	-22,18%
Beneficiação da Biblioteca Municipal	-1 854	70 452	72 306	-3899,98%
Modernização Alentejo Central@2015	45 318	37 182	-8 136	-17,95%
Elaboração do plano estratégico	20 910	20 910	0	0,00%
Sinalização Viária	137	0	-137	-100,00%
Caminho Agrícola de Escardeais - Lapas	2 316	2 316	0	0,00%
Outras	309 710	309 710	0	0,00%
Administrações Privadas	773 283	773 283	0	0,00%
Feder	1 666 604	1 666 604	0	0,00%
Outros Proveitos Diferidos	6 666	5 436	-1 230	-18,45%
Total	10 287 448	9 954 376	-333 072	-3,24%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) Durante o ano de 2017 continuou o procedimento de reconciliação do imobilizado, no entanto continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em





funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequentemente sujeitos a amortização não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000€ de proveitos diferidos, conforme nota 1.7 do Anexo, que já deveriam estar a ser "amortizados". Considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000€. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2018 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.





1/1

III-FUNDOS PRÓPRIOS**3.2.8 Fundos Próprios**

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Património	99 506 607	99 506 607	0	0,00%
Reservas	2 816 109	2 816 109	0	0,00%
Doações	9 557	11 657	2 100	21,97%
Resultados Transitados	-63 280 440	-62 517 390	763 051	-1,21%
Resultado Líquido do Exercício	-1 029 493	-1 520 338	-490 845	47,68%
Total	38 022 341	38 296 646	274 305	0,72%

3.2.8.1 - Património

Manteve os valores de 2016.

3.2.8.2 - Reservas

De acordo com a nota 2.28 do anexo foi regularizado o saldo da conta reservas estatutárias no valor de 90.648,26€ para a conta de reservas livres.

3.2.8.3 - Doações

Aceitamos o valor.

3.2.8.4 - Resultados transitados

- a) Relativamente a 2016, verifica-se uma variação positiva de 763.051€. O movimento do ano diz respeito à aplicação do resultado líquido de 2016 e ao reconhecimento , pela 1ª vez do principio da especialização ao IMI, de acordo com nota 2.28 do Anexo.
- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas nas contas dos Fundos Próprios.

3.2.8.5 - Resultado Líquido do Período

Trata-se dos resultados apurados do ano, que foram negativos em 1.520.338€.





3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2016	31/12/2017	2016	2017
Custos e Perdas				
CMVMC	141 641	151 530	0,8%	0,8%
FSE	4 116 265	4 627 570	23,0%	23,6%
Pessoal	6 240 030	6 543 409	34,9%	33,4%
Transferências e Subs. Concedidos	1 669 824	1 548 325	9,3%	7,9%
Amortizações do exercício	3 690 782	3 691 473	20,6%	18,8%
Provisões do exercício	283 945	428 238	1,6%	2,2%
Outros Custos e Perdas Operacionais	646 959	908 658	3,6%	4,6%
Custos e Perdas Financeiros	44 141	21 733	0,2%	0,1%
Custos e Perdas Extraordinários	1 069 956	1 688 674	6,0%	8,6%
Total Custos	17 903 543	19 609 609	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	2 069 161	2 218 030	12,3%	12,3%
Impostos e Taxas	2 515 748	2 521 581	14,9%	13,9%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos Suplementares	15 581	14 660	0,1%	0,1%
Transferências e Subs. Obtidos	10 777 773	11 058 172	63,9%	61,1%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	8 737	8 460	0,1%	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1 137 938	1 050 823	6,7%	5,8%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	349 111	1 217 546	2,1%	6,7%
Total Proveitos	16 874 050	18 089 272	100,0%	100,0%
Resultado Líquido	-1 029 493	-1 520 338		





3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
 - Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos 62% do movimento do ano, não tendo detetando anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
 - Matérias Primas;
 - Matérias Subsidiárias;
 - Materiais Diversos, e
 - Embalagens de Consumo.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

NOBILIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4

- d) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica, que apresentam o seguinte conteúdo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Existências Iniciais	288 929	284 148	-4 781	-1,65%
Compras +- Reg. existências	136 860	36 223	-100 637	-73,53%
Existências Finais	284 148	168 842	-115 307	-40,58%
CMVMC	141 641	151 530	9 889	6,98%

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

- a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Subcontratos	883 594	1 061 283	177 689	20,11%
Eletricidade	447 432	324 542	-122 889	-27,47%
Combustíveis	236 623	264 982	28 359	11,98%
Rendas e Alugueros	265 515	270 917	5 402	2,03%
Comunicação	125 144	133 837	8 693	6,95%
Seguros	81 524	49 562	-31 963	-39,21%
Honorários	121 043	198 646	77 603	64,11%
Conservação e reparação	159 825	166 331	6 505	4,07%
Trabalhos Especializados	695 701	823 814	128 113	18,41%
Alimentação-refeições confeccionadas	43 806	64 439	20 634	47,10%
Restantes	1 056 058	1 269 216	213 158	20,18%
Total	4 116 265	4 627 570	511 305	12,42%

- b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente 2016, cerca de 12%, com especial incidência nas rubricas:

i) Honorários	64%
ii) Alimentação	47%
iii) Subcontratos	20%

Por outro lado verificaram-se decréscimos em:

i) Eletricidade	27%
ii) Seguros	39%

- c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.
- d) Verificamos 72 % do movimento do ano de 2017.





- e) Quando existam incorreções nas faturas emitidas pelos fornecedores, as mesmas não devem ser devolvidas. Deve ser solicitada a emissão de notas de crédito e de novas faturas já corrigidas.
- f) Analisados os documentos que considerámos “anormais” sem detetarmos divergências pelo que validámos o saldo da conta.

3.4.1.3 - Custos com Pessoal

- a) Tiveram um acréscimo de cerca de 5% relativamente a 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	159 946	173 208	13 261	8,29%
Remunerações ao Pessoal	4 712 700	4 807 777	95 076	2,02%
Pensões	2 084	1 415	-670	-32,12%
Encargos sobre remunerações	1 123 865	1 300 743	176 878	15,74%
Seguros AT e doenças profissionais	59 494	86 783	27 289	45,87%
Outros custos com o pessoal	181 940	173 484	-8 456	-4,65%
Total	6 240 030	6 543 409	303 380	4,86%

- b) Validámos os valores da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios

- a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Instituições sem fins lucrativos. Existiu uma diminuição, relativamente a 2016, em 7,28%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Administração Pública	447 559	349 596	-97 963	-21,89%
Administração Privada	68 572	11 200	-57 372	-83,67%
Famílias	0	3 525	3 525	-
Outros setores institucionais	1 065 655	1 104 262	38 607	3,62%
Prestações sociais	22 149	24 959	2 809	12,68%
Outras	65 889	54 783	-11 106	-16,86%
Total	1 669 824	1 548 325	-121 500	-7,28%

- b) Testámos cerca de 59% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.
- c) Validamos os custos apresentados na rubrica.



**3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais**

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos e taxas	620 580	744 156	123 576	19,91%
Quotizações	10 811	130 461	119 650	1106,71%
Custos operacionais sistemas de água	0	19 010	19 010	-
Outros	15 568	15 031	-537	-3,45%
Total	646 959	908 658	261 699	40,45%

b) Testámos cerca de 25% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.

c) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

a) A conta teve o seguinte comportamento:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Bens de Domínio Público	2 532 756	2 423 866	-108 890	-4,30%
Imobilizações Incorpóreas	28 888	24 416	-4 472	-15,48%
Imobilizações Corpóreas	1 129 138	1 243 191	114 052	10,10%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	3 690 782	3 691 473	691	0,02%

b) Mantém os valores de 2016.

c) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.7 - Ajustamentos/Provisões

a) Foram efetuados ajustamentos (provisões) no exercício de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Para cobranças duvidosas	83 945	318 461	234 516	279,37%
Para riscos e encargos	200 000	0	-200 000	-100,00%
Para depreciação de existências	0	109 777	109 777	-
Total	283 945	428 238	144 293	50,82%





- b) Não recebemos resposta à circularização por parte dos advogados do Município por esse motivo não nos é possível emitir opinião sobre a necessidade de ajustamento das provisões constituídas.
- c) Validámos os saldos da rubrica.

3.4.1.8 - Juros e custos financeiros

- a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros suportados	31 378	12 519	-18 859	-60,10%
Outros	12 763	9 214	-3 549	-27,81%
Total	44 141	21 733	-22 408	-50,76%

- b) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2016. Testámos cerca de 23% do movimento do ano. Não existem ajustamento a propor.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

- a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	698 821	943 287	244 466	34,98%
Perdas em existências	228	7 967	7 738	3386,94%
Perdas em imobilizações	0	526 680	526 680	-
Multas e penalidades	1 043	21 545	20 503	1966,71%
Aumentos de amortizações e de provisões	239 860	0	-239 860	-100,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	0	49 721	49 721	-
Outros	130 004	139 474	9 470	7,28%
Total	1 069 956	1 688 674	618 718	57,83%

- b) Foram testados cerca de 82% dos movimentos do ano e não detetamos qualquer anomalia.
- c) Validamos os valores apresentados.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISÕES OFICIAIS DE CONTAS

14

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 – Vendas e Prestação de Serviços

a) A conta, no seu conjunto, apresenta valores semelhantes aos do ano de 2016:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Vendas				
Mercadorias	329	509	181	54,91%
Água	724 192	835 538	111 346	15,38%
Outros	53 348	6 917	-46 431	-87,03%
Subprodutos	131	299	168	127,92%
Anulações	-501	-3	498	-99,33%
Prestação de Serviços				
Saneamento	483 417	506 481	23 065	4,77%
Resíduos sólidos	343 214	380 764	37 550	10,94%
Transp. coletivos de pessoas e mercadorias	19 934	18 046	-1 888	-9,47%
Trabalhos por conta de particulares	15 259	22 420	7 161	46,93%
Cemitérios	34 016	36 799	2 783	8,18%
Instalações desport. culturais e recreativas	275 845	277 187	1 342	0,49%
Serviços sociais	49 723	64 383	14 660	29,48%
Outros	16 081	13 514	-2 567	-15,96%
Arrendamento de habitação social	58 520	56 096	-2 424	-4,14%
Restituições	-4 348	-922	3 427	-78,80%
Total	2 069 161	2 218 030	148 870	7,19%

b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.

c) Validamos o saldo da conta.

3.4.2.2 - Impostos e Taxas

a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município.

b) Nesta rubrica incluem-se:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos				
IMI	1 181 593	1 208 161	26 568	2,25%
Imposto Circulação	313 395	330 112	16 718	5,33%
IMT	718 987	903 891	184 903	25,72%
Derrama	195 653	176 725	-18 928	-9,67%
Impostos indiretos	53 172	56 864	3 692	6,94%
Total	2 462 800	2 675 753	212 953	8,65%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Taxas				
Mercados e Feiras	11 948	10 653	-1 296	-10,84%
Loteamentos e Obras	67 637	86 606	18 969	28,05%
Ocupação da via pública	158	1 167	1 009	640,03%
Outros	7 407	5 797	-1 610	-21,73%
Multas e outras penalidades	2 044	20 761	18 717	915,74%
Total	89 194	124 983	35 789	40,13%
Reembolsos e Restituições	-34 364	-279 155	-244 791	712,35%
Anulações	-1 882	0	1 882	-100,00%
Total	2 515 748	2 521 581	5 833	0,23%

c) Verificaram-se subidas relativamente a 2016:

- Nas Taxas 40,13%.
- No IMT 25,72%;
- no IMI, 2,25%.

e descidas em:

- Na Derrama 9,67%.

d) No cômputo geral, apresenta valores muito semelhantes ao ano anterior.

e) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

f) No final validámos os saldos.

3.4.2.3 - Transferências e Subsídios Obtidos

a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Outros	294 240	287 542	-6 698	-2,28%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	8 669 626	8 977 585	307 959	3,55%
Fundo Social Municipal	281 186	281 186	0	0,00%
Participação Fixa no IRS	538 316	496 903	-41 413	-7,69%
Transferências de capital	963 292	997 509	34 217	3,55%
Fundos e serviços autónomos	3 949	17 447	13 498	341,84%
Exterior	22 827	0	-22 827	-100,00%
Outras transferências e subsídios obtidos	4 338	0	-4 338	-100,00%
Total	10 777 773	11 058 172	280 398	2,60%

- c) Analisámos mensalmente a obtenção dos subsídios e as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização tanto dos primeiros como das segundas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.4 - Proveitos Suplementares

- a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Aluguer de equipamento	2 907	3 483	576	19,81%
Alugueres diversos	12 674	11 178	-1 497	-11,81%
Total	15 581	14 660	-921	-5,91%

- b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.5 - Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

- a) Estão considerados nesta conta:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Outras	8 737	8 460	-277	-3,18%
Total	8 737	8 460	-277	-3,18%

- b) Analisámos mensalmente a evolução da conta, tendo concordado com o princípio seguido na sua contabilização, pelo que validamos os saldos.





3.4.2.6 - Trabalhos para a própria entidade

- a) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade. Desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do Anexo.
- b) Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

3.4.2.7 - Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros Obtidos	84	18	-65	-78,21%
Rendimentos de imóveis	1 137 855	1 050 109	-87 746	-7,71%
Rendimentos participações de capital	0	696	696	-
Total	1 137 938	1 050 823	-87 116	-7,66%

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.2.9 - Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Ganhos em Existências	0	272	272	-
Ganhos em Imobilizações	82 084	937 772	855 688	1042,45%
Benefícios de penalidades contratuais	14 555	6 843	-7 712	-52,98%
Correções relativas a exercícios anteriores	38 954	39 528	575	1,48%
Outros	213 519	233 131	19 612	9,19%
Total	349 111	1 217 546	868 434	248,76%

- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.



**4. ENDIVIDAMENTO**

Dívida Total (31-12-2017)							Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso			
						(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)				
3 560 824	92 794	3 653 619	363 730	491 314	2 798 575		20 176 798	-7,65%	4 220 841

- a) O quadro transcrito acima, reflete a situação do Município em 31/12/2017 obtido na DGAL a partir de dados do Município. Pelo análise do mesmo, verifica-se que o Município cumpre o limite de dívida total, tendo ainda margem utilizável para aumento da dívida de curto prazo e/ou a obtenção de empréstimos de médio e longo prazo, de 4.220.841€, desde que não origine o aumento dos pagamentos em atraso.
- b) Relativamente ao final de 2017 a dívida baixou 7,65%, e a margem disponível por utilizar subiu para 4.220.841€.
- c) No conjunto verificou-se uma ligeira melhoria ao nível do endividamento do Município.





5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.

2. Para análise, tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.

3. O orçamento para 2017, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Orçamento 2017	Despesas	Receitas
Correntes	12.770.310	16.426.074
Capital	7.348.781	3.693.017
Total	20.119.091	20.119.091

4. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lbe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas €	
	Despesas	Receitas
Correntes	14.755.684	16.021.236
Capital	4.923.918	1.240.759
Reposições		20.000
Saldo gerência		2.398.303
Total	19.679.603	19.680.299

5. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial um decréscimo da despesa e da receita de 2,2%, mais sentido ao nível das despesas de correntes que tiveram um acréscimo em valores absolutos de 15,5%.

6. Verificámos cerca de 68% da despesa paga no ano e cerca de 83% da receita cobrada.





14

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2016.

2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente a 2016 os seguintes:

Rácios	31/12/2016	31/12/2017
Peso da Receita Própria na Receita Total	20,51%	17,71%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	123,41%	114,31%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	81,34%	81,73%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	18,66%	18,27%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	48,04%	45,94%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	22,95%	22,36%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	1,85%	0,29%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	49,82%	55,36%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a. O **peso da receita própria** (excluindo os Impostos diretos) **na receita total** mantém-se relativamente baixo, pelo que o Município continua muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O seu peso relativo diminuiu relativamente ao do ano anterior, de 20,51% em 2016 para 17,71% em 2017.

b. A **receita corrente continuou a superar a despesa corrente**, tendo diminuído o grau de cobertura, que foi de 123,41% em 2016 para 114,31% em 2017.

c. O **peso da despesa corrente na despesa total** em 2017, apresenta valores semelhantes ao ano de 2016 (81,34% em 2016 para 81,73% em 2017).

d. Cenário idêntico verifica-se no peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 18,66% em 2016 diminuiu para 18,27% em 2017.

e. O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** diminuiu, de 48,04% em 2016 para 45,94% em 2017.

f. As **despesas de capital** equivaleram em 2017 a 22,36% das despesas correntes. Mantendo praticamente os níveis de 2016.

g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) **na despesa total** apresenta uma diminuição de 1,85% em 2016 para 0,29% em 2017.

h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve uma subida de 49,82% em 2016 para 55,36% em 2017.





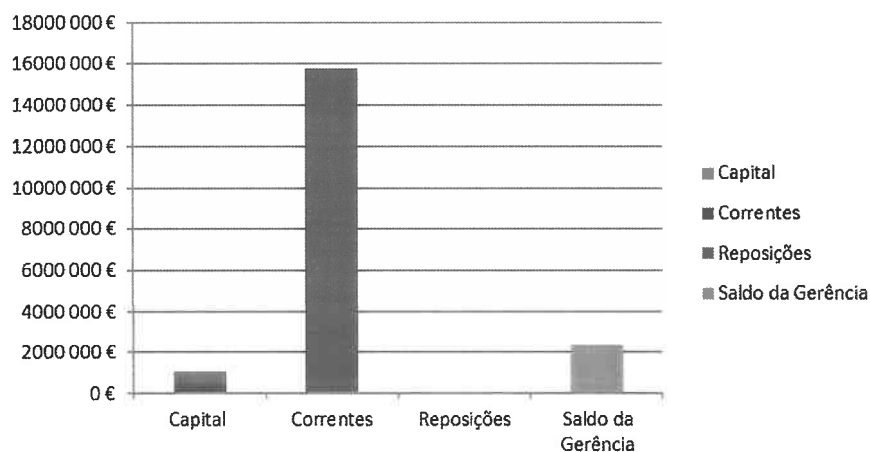
Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.2.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em de 2017:

Mapas da Receita 2017 (€)								
Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	1 240 759	6,30%	51 535	1 053 788	5,46%	56 535	66,67%	84,93%
Correntes	16 021 236	81,41%	469 241	15 809 055	81,94%	611 450	98,50%	98,68%
Reposições	20 000	0,10%	0	31 465	0,16%	0	20,71%	157,33%
Saldo da Gerência	2 398 303	12,19%	0	2 398 303	12,43%	0	100,00%	100,00%
Total	19 680 299	100,00%	520 775	19 292 611	100,00%	667 985	93,69%	98,03%

2. Das receitas previstas corrigidas foram executadas, 84,93% das de capital e 98,68% das correntes, sendo que a execução global da receita foi de 98,03%, o que coloca o Município fora da alçada do artº 56º da Lei 73/2013, quanto aos alertas precoces sobre endividamento.
3. Se comparada a execução da receita com a de 2016, verifica-se que a execução global, passou de 93,69% em 2016 para 98,03% em 2017, o que se traduz numa subida relativa de 4,64%.
4. O que graficamente se apresenta do seguinte modo:





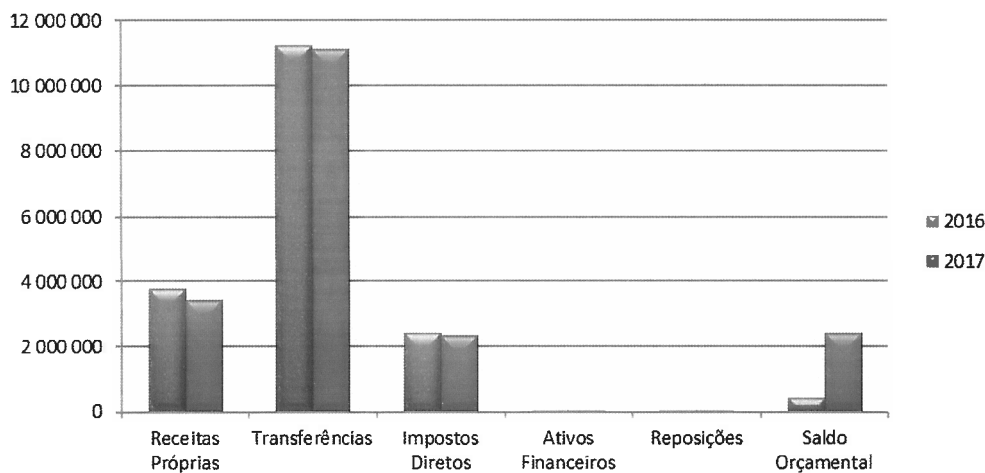
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2016 e de 2017 apresenta-se da seguinte forma:

Estrutura da Receita Municipal				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	3 751 320	3 416 093	-335 226	-8,94%
Transferências	11 221 664	11 125 401	-96 263	-0,86%
Impostos Diretos	2 390 316	2 320 032	-70 284	-2,94%
Ativos Financeiros	1 955	1 317	-638	-32,64%
Passivos Financeiros	491 995	0	-491 995	-100,00%
Reposições	12 013	31 465	19 452	161,93%
Saldo Orçamental	421 101	2 398 303	1 977 203	469,53%
Total	18 290 362	19 292 611	1 002 249	5,48%

6. O que graficamente se apresenta como:



7. Verifica-se, um forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2016, 61,35% do total baixando em 2017 para 57,67%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os impostos diretos, que representaram 13,07% em 2016 e 12,03% em 2017 e as receitas próprias que representaram em 2016, 20,51% diminuindo em 2017 para 17,71% da receita municipal.
9. No cômputo geral, a execução da receita em 2017 teve um comportamento substancialmente acima do verificado em 2016 (93,69% contra 98,03%).





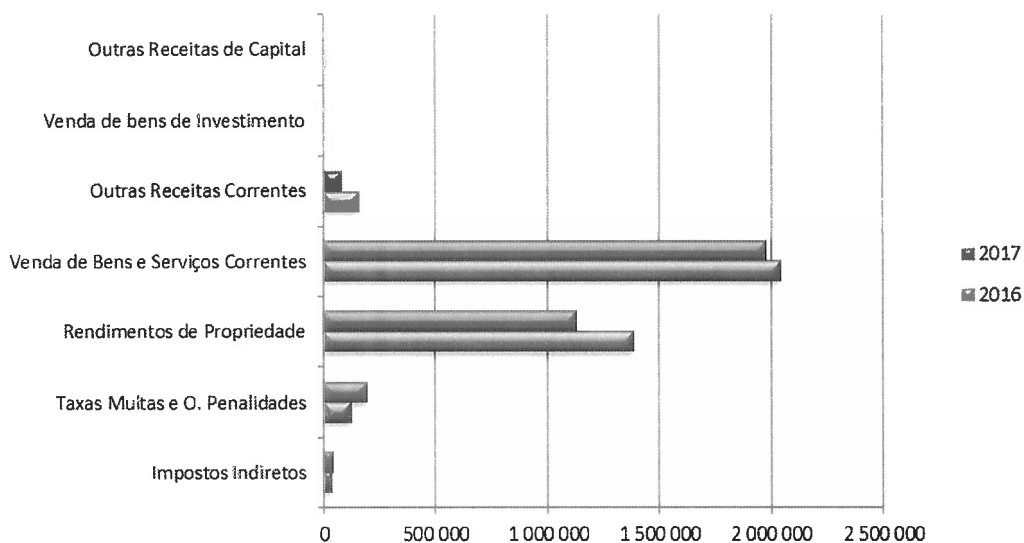
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE RECURSOS OFICIAIS DE CONTAS

10. Quanto às receitas próprias apresentam-se da seguinte forma nos anos de 2016 e de 2017:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Indiretos	37 467	41 476	4 010	10,70%
Taxas Multas e O. Penalidades	123 821	191 590	67 769	54,73%
Rendimentos de Propriedade	1 384 702	1 128 960	-255 742	-18,47%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 040 270	1 974 960	-65 309	-3,20%
Outras Receitas Correntes	153 737	78 903	-74 834	-48,68%
Venda de bens de Investimento	4 293	203	-4 090	-95,27%
Outras Receitas de Capital	7 030	0	-7 030	-100,00%
Total	3 751 320	3 416 093	-335 226	-8,94%

11. O que graficamente se traduz em:



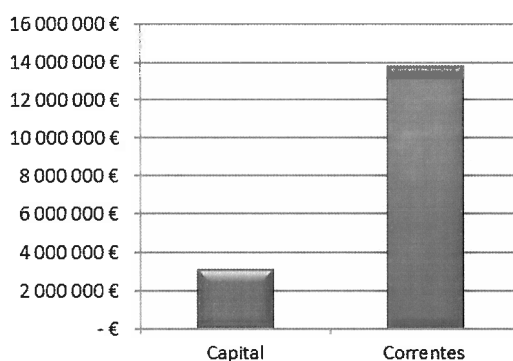


5.2.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2016 e de 2017:

Mapas da Despesa 2017 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	4 923 918	25,02%	4 507 786	3 091 666	18,27%	1 416 120	53,09%	62,79%
Correntes	14 755 684	74,98%	14 686 911	13 829 689	81,73%	857 222	92,89%	93,72%
Total	19 679 603	100,00%	19 194 697	16 921 355	100,00%	2 273 342	81,49%	85,98%

2. O que graficamente, e para o ano de 2017, se traduz em:



3. Verifica-se que, o grau de execução da Despesa foi de 85,98% em 2017, acima da execução de 2016 que foi de 81,49%. A despesa líquida de capital paga foi de 62,79% da dotação para o ano em 2017. Em 2016 havia sido de 53,09%.
4. O Execução do orçamento da despesa em 2017 foi superior ao de 2016, o que se deve essencialmente ao aumento da aquisição de bens e serviços e das Outras Despesas correntes.





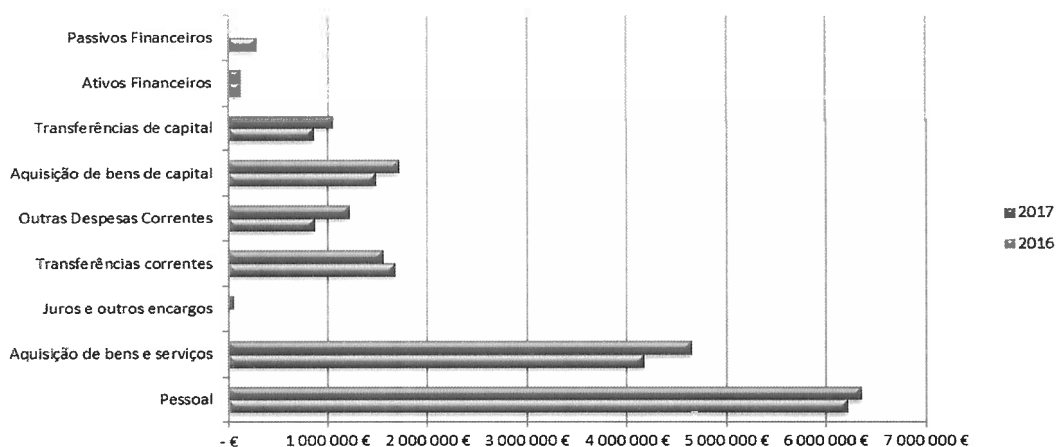
MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SECUNDARIEDADE DE RECURSOS OFICIAIS DE CONTAS

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2016 e em 2017 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6 216 252	6 353 912	137 660	2,21%
Aquisição de bens e serviços	4 174 869	4 650 571	475 702	11,39%
Juros e outros encargos	12 502	49 734	37 232	297,81%
Transferências correntes	1 672 922	1 560 444	-112 478	-6,72%
Outras Despesas Correntes	863 869	1 215 028	351 159	40,65%
Total	12 940 414	13 829 689	889 275	6,87%
Aquisição de bens de capital	1 479 315	1 711 639	232 323	15,70%
Transferências de capital	851 630	1 049 760	198 130	23,26%
Ativos Financeiros	122 828	126 877	4 049	3,30%
Passivos Financeiros	233 046	203 390	-29 656	-12,73%
Outras Despesas de Capital	282 433	0	-282 433	-100,00%
Total	2 969 252	3 091 666	122 414	4,12%
Total	15 909 667	16 921 355	1 011 689	6,36%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2016:

- As despesas com Pessoal aumentaram relativamente a 2016, 2,21% (137.660€),
- A aquisição de bens e serviços aumentou 11,39% (475.702€),
- Os juros e outros encargos aumentou cerca de 298% (37.232€).
- As transferências correntes diminuíram em 6,72% (112.478€),
- As aquisição de bens de capital aumentaram 15,7% (232.323€),
- As transferências de capital aumentaram 23,26% (198.130€),





g. A amortização de passivos financeiros desceu 12,73% (29.656€).

8. Em 2017 continuam a ser as despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representam a maior parte do volume da despesa (37,55% do total em 2017, contra 39,07% em 2016). Em termos reais, no entanto, este tipo de despesa apresenta um acréscimo de 137.660€.
9. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2017, 27,48% do total das despesas, situando-se acima do nível de 2016. Em termos reais, estas despesas tiveram um acréscimo de 475.702€.
10. Os juros e outros encargos aumentaram, passando de 0,08% em 2016 da despesa total para 0,29% em 2017.
11. As transferências correntes pagas representam 9,22% do total das despesas pagas em 2017, diminuindo o peso relativo relativamente a 2016, ano em que representaram 10,52%.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas das totais de 9,3% do total das despesas pagas em 2016, para 10,12% em 2017. Em valores absolutos tiveram um aumento em 2017 de 232.323€ (15,7%).
13. As transferências de capital representaram em 2016, 5,35% da despesa pagas, tendo representado em 2017, 6,2% .





5.3 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2017, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2017 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração Geral	460 904	2 637 314	0	385 603	83,66%	12,45%
Proteção civil e luta contra incêndios	132 574	0	0	132 574	100,00%	100,00%
Total	593 478	2 637 314	0	518 177	87,31%	16,04%
Funções Sociais						
Educação	134 623	200 000	0	45 833	34,05%	13,70%
Segurança e ação sociais	177 609	0	0	175 313	98,71%	98,71%
Habituação e serviços coletivos	1 139 793	1 618 000	0	405 814	35,60%	14,72%
Serviços culturais, recreativos, religiosos	773 739	2 550 000	0	645 773	83,46%	19,43%
Total	2 225 764	4 368 000	0	1 272 732	57,18%	19,30%
Funções Económicas						
Transportes e Comunicações	1 193 097	1 446 650	0	488 687	40,96%	18,51%
Comércio e Turismo	0	31 000	0	0	-	0,00%
Outras funções económicas	15 761	0	0	15 764	100,02%	100,02%
Total	1 208 858	1 477 650	0	504 451	41,73%	18,78%
Outras Funções						
Transferências entre administrações	289 573	0	0	289 572	100,00%	100,00%
Diversas não especificadas	227 918	0	0	186 773	81,95%	81,95%
Total	517 491	0	0	476 346	92,05%	92,05%
Total	4 545 590	8 482 964	0	2 771 705	60,98%	21,27%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2017 representa 60,98% do total previsto para o ano.
3. As rubricas das funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:
- Segurança e ações sociais (98,71%),
 - Serviços culturais, recreativos, religiosos (83,46%).
4. As rubricas das funções económicas que mostraram maior índice de execução no ano são:
- Outras funções económicas (100%);
 - Transportes e comunicações (40,96%).
5. O nível de execução Global do PPI está nos 21,27% no final do ano de 2017.





K

6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1. A Lei 73/2013 no artigo 40º define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo.”

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

2. Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos 253.951€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Prazo do contrato em anos	Anos remanescentes	Visto do TC	Capital		Dívida no final do período	Dívida no final do período 31/12/2013	Amortizações dos empréstimos
			Data	Contratado	Utilizado			
9015002592991	15	4	28/2/2002	748 197	748 197	0	208 739	52 185
9015004428291	15	8	13/10/2005	850 000	850 000	209 945	487 465	60 933
9015005064991	15	9	7/12/2006	1 300 000	1 300 000	413 358	824 699	91 633
9015008222291	10		16/12/2016	1 251 008	491 995	491 995		49 199
Total				4 149 205	3 390 191	1 115 298		253 951

3. Segundo o Município, o valor da amortização média dos empréstimos é de 329.852€. A diferença para o valor que apurámos, deve-se ao facto de o Município considerar para o cálculo da amortização média o valor do capital contratado e não o contraído (utilizado).

4. O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental 2017	
Receita corrente bruta Cobrada	16 088 226
Despesa corrente paga	13 829 689
Amortização emp ^{as} ML Prazo	253 951
Total	14 083 639
Excedente	2 004 586

4. O Município tem equilíbrio orçamental.

5. O excedente é de 2.004.586€.





1

7. CONTROLO INTERNO

Reanalísamos o funcionamento do controlo interno que, em nossa opinião funciona de forma regular. Há porém alguns (poucos) aspetos, que carecem de aprofundamento. No essencial são os mesmos que havíamos apontado em relatórios anteriores, nomeadamente:

7.1 Disponibilidades

A importância existente em caixa deve conter-se entre um mínimo do índice 100 da tabela salarial da função pública e um máximo de 25 vezes.

7.2 Terceiros

- a) A requisição externa deve ser emitida em quadruplicado destinando-se o original e o duplicado ao fornecedor, o triplicado à Secção de Aprovisionamento e Património a fim de ser conferido com os restantes documentos originados pela compra (guia de remessa, guia de entrada em armazém e fatura do fornecedor) e o quadruplicado ao serviço requisitante.
- b) As requisições externas ou contratos devem ser remetidos à Secção de Aprovisionamento e Património que este proceda à atualização das existências e do inventário patrimonial.
- c) Periodicamente devem feitas as seguintes reconciliações:
 - i. Entre os extratos de conta corrente dos clientes e dos fornecedores e as respetivas contas da autarquia;
 - ii. Nas contas de empréstimos bancários, calculando os juros e confrontando-os com os debitados pela instituição de crédito.

7.3 Existências

- a) Os registos nas fichas de existências devem ser feitos por pessoas que, sempre que possível, não procedam ao manuseamento físico das existências em armazém.
- b) A receção dos bens deve ser feita mediante guia de devolução ao armazém, no que se refere aos bens devolvidos ao mesmo.
- c) As guias de devolução devem ser assinadas tanto pelos funcionários que devolvem os bens bem como pelos que procedem à sua receção.





- d) Após a receção dos bens devolvidos, o responsável pelo armazém deve assinar por a guia de devolução, enviar o original para a Secção de Aprovisionamento e Património, entregar o duplicado ao funcionário que procede à devolução e arquivar o triplicado.
- e) As existências devem também ser sujeitas a inventariações física no final de cada trimestre, através de testes de amostragem.
- f) As inventariações devem ser efetuadas por funcionários que não estejam ligados à receção e entrega de bens.

7.4 Imobilizado

- a) Anualmente, a Secção de Contabilidade e a Secção de Aprovisionamento Património devem promover a realização de reconciliações entre os registos das fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições, das amortizações do exercício, amortizações acumuladas e abates.
- b) A Secção de Aprovisionamento e Património deve efetuar durante os meses de novembro e dezembro de cada ano, a verificação física de todos os bens do ativo imobilizado e a sua operacionalidade, conferindo-a com os seus registos.
- c) Em janeiro de cada ano a Secção de Aprovisionamento e Património deve enviar a cada funcionário, um inventário patrimonial atualizado, da sua responsabilidade, a fim de o mesmo ser devidamente subscrito.
- d) Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam distribuídos, para o que deve subscrever documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante do inventário.
- e) Relativamente aos bens e equipamentos coletivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção ou setor em que se integram.

8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.





9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analísámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.

10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade prevista nas Normas Internacionais de Auditoria.

11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município, que não contém Reservas nem Ênfases.

11.1 Reservas

Sem Reservas

11.2 Ênfases

Sem ênfases.

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2018 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.





Imobilizado

1. De acordo com nota 2.12 do Anexo, existem cerca de 770 mil euros de imobilizado em curso que reúne as condições para ser reclassificado como firme e consequentemente sujeito amortizações. Por não ter ainda transitado para imobilizado firme, as amortizações do exercício estão subavaliadas em cerca de 38 mil euros.
2. Existem diversos terrenos cedidos em direito de superfície que não se encontram valorizados nem registados.
3. De acordo com informação do Município existem diversos bens por valorizar, grande parte corresponde a terrenos que já foram alienados.
4. Quando existam incorreções nas faturas emitidas pelos fornecedores, as mesmas não devem ser devolvidas. Deve ser solicitada a emissão de notas de crédito e de novas faturas já corrigidas.
5. O imobilizado transferido ao abrigo de contratos de concessão (sistema de abastecimento de água, por exemplo), deve ser reclassificado como investimento em imóveis.

Clientes c/c

Existe uma divergência imaterial, valor de 574€, entre o saldo da contabilidade e o balancete de terceiros no qual à conta de clientes no qual à conta de clientes de cobrança duvidosa diz respeito, analisar e regularizar em 2018.

IVA

Existem divergências entre o apuramento de IVA do Município e o apuramento automático da AT. O apuramento por parte do Município está subavaliado conduzindo a um saldo da contabilidade inferior ao devido em 8.447€. Esta divergência diz respeito ao reporte de IVA reflectido na declaração periódica (campo 61) de maio de 2016.

Depósitos à Ordem

As reconciliações bancárias, continuam a apresentar movimentos por reconciliar anteriores a 2017. As diferenças de reconciliação devem ser analisadas em 2018 e regularizadas.

Outros Credores

1. O saldo do Balanço da rubrica de faturas em recepção está sobreavaliado em 323.149€ por terem sido incluídos os saldos de faturas em recepção da conta 2618 - fornecedores de imobilizado.
2. O saldo de garantias e cauções deve ser analisado em 2018.

Proveitos Diferidos

Durante o ano de 2017 continuou o procedimento de reconciliação do imobilizado, no entanto continuam a existir bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento. Não tendo transitado para imobilizado firme e consequente sujeitos a amortização





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

não foi apurado o proveito relacionado. Estimando em cerca de 5.000.000€ de proveitos diferidos, conforme nota 1.7 do Anexo, que já deveriam estar a ser "amortizados". Considerando uma amortização média de 5%, consideramos que os proveitos do exercício estão subavaliados em 250.000€. A rubrica de proveitos diferidos deve ser analisada com rigor em 2018 e instituídos procedimentos para um correto apuramento dos proveitos a imputar.

Fornecedores

1. Quando existam incorreções nas faturas emitidas pelos fornecedores, as mesmas não devem ser devolvidas. Deve ser solicitada a emissão de notas de crédito e de novas faturas já corrigidas.
2. O saldo de faturas em receção e conferencia deve ser analisado em 2018 por forma a que não esteja reconhecido nesta conta saldo que já deveria estar reconhecido em conta corrente. Define-se como tempo normal para registo em contas a pagar 5 dias, sendo permitido o prazo máximo de 30 dias.

Trabalhos para a própria entidade

Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são calculados os rendimentos de trabalhos para a própria entidade. Desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto, conforme nota 2.3 do Anexo. Devem ser implementados procedimentos para que seja possível apurar o volume destes trabalhos. Uma correta e justa política de taxas e preços deve ter por base uma correta e eficaz contabilidade analítica.

12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 24 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

